

Conflitos territoriais e percepção ambiental no município de Timóteo, Vale do Aço Mineiro

Dorotéo Émerson Storck de Oliveira

Geógrafo, Mestre em Geografia Regional pela Universidade de Brasília – UnB – Professor e Coordenador do Curso de Geografia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste-MG.

cqf@unilestemg.br

Miriam Lüttgen

Geógrafa, Mestre e Doutoranda em Geografia na Universidade Técnica de Aachen, Alemanha (Rheinisch-Westfälische Technische Hochschule, RWTH Aachen)

luttgen@uol.com.br

RESUMO

O município de Timóteo em Minas Gerais apresenta uma situação bastante peculiar com relação à disponibilidade de seu território para uso e ocupação. Cerca de 47% da área municipal pertence ao Parque Estadual do Rio Doce, fundado em 1944. Outros 37% a siderúrgica ACESITA, também fundada em 1944. E somente 16% do território são de propriedade da prefeitura ou de particulares. Dentro deste contexto o estudo analisa os conflitos territoriais presentes nas áreas pertencentes a ACESITA, sob a ótica da população diretamente vinculada às essas áreas. A complexidade do problema que ora se investiga, reside no fato de que, tendo em vista as diferenças de níveis de intervenção no espaço por parte dos agentes sociais envolvidos em conflitos ambientais-territoriais, surgiram conjuntos que não são uniformes. Os agentes responsáveis pela constituição do meio ambiente urbano municipal, neste caso particularmente a ACESITA, o poder público, as Associações de Bairro e a população diretamente vinculada às áreas da ACESITA, além da base territorial, são os elementos centrais da pesquisa. O estudo objetiva (1) caracterizar o perfil sócio-econômico da população envolvida nos conflitos; (2) identificar a percepção dessa população acerca das condições ambientais das áreas da ACESITA em Timóteo; (3) identificar a imagem e as expectativas dessa população em relação ao papel da ACESITA no que se refere a sua gestão ambiental até então desenvolvida. A metodologia do trabalho envolveu aplicação de questionário composto por questões objetivas e subjetivas. O público-alvo foi a população residente em áreas limítrofes às áreas da ACESITA. Os resultados indicam que a organização espacial do urbano em Timóteo, em grande medida, é resultado da presença da ACESITA em função do controle do território. Essa situação limitou e condicionou a expansão, o crescimento e o planejamento do município, tendo como conseqüências situações de invasão e ocupação das áreas da empresa.

INTRODUÇÃO

A cidade de Timóteo está situada no Leste de Minas Gerais, na Bacia Hidrográfica do rio Doce e faz parte da emergente Região Metropolitana Vale do Aço (RMVA), composta por Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo.

A Região Metropolitana do Vale do Aço, com mais de 400 mil habitantes, gera cerca de 20% do PIB do estado de Minas Gerais, sendo o segundo maior pólo urbano-industrial, atrás apenas da região metropolitana de Belo Horizonte. Aqui se encontram duas siderúrgicas de porte internacional, USIMINAS (consórcio brasileiro-japonês) e ACESITA (grupo francês), uma fábrica de celulose, CENIBRA (grupo japonês), além de inúmeras outras empresas de médio e pequeno porte.

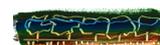
A implantação e expansão destas indústrias desencadearam um acelerado processo de urbanização, que levou à degradação ambiental, visível principalmente na grande devastação da Mata Atlântica, que originalmente cobria esta região. Mesmo assim, existe hoje na região o maior remanescente de Mata Atlântica do estado, o Parque Estadual do Rio Doce. Fundado em 1944, declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO e com área de 36.000 hectares, o parque hospeda plantas e animais ameaçados de extinção e um sistema lacustre com mais de 40 lagos.

Com relação à disponibilidade de seu território para uso e ocupação o município de Timóteo apresenta uma situação bastante peculiar. Cerca de 47% da área municipal pertence ao Parque Estadual do Rio Doce. Outros 37% à siderúrgica ACESITA, e somente 16% do território é de propriedade da prefeitura ou de particulares.

As características históricas de posse, uso e ocupação do solo em Timóteo, aliadas à exigüidade de terras, bem como à grande ocorrência de áreas íngremes inadequadas à ocupação humana e o tipo de atividade industrial predominante, são alguns dos fatores que contribuem diretamente para o surgimento de conflitos territoriais e ambientais envolvendo áreas da empresa ACESITA.

A implantação da ACESITA na década de 1940 no atual município de Timóteo é um dos elementos responsáveis pela emancipação em 1964 do Distrito de São Sebastião do Alegre de Timóteo pertencente a Antônio Dias. Deve-se levar em consideração que a organização espacial do urbano em Timóteo, em grande medida, se deu de modo a criar as condições gerais de produção da empresa ACESITA. Tal fato é característico, como aponta Rosélia Piquet (1998), das *company towns* (cidades-empresa), cidades criadas para atender as empresas e os interesses da produção.

Dentro deste contexto, o presente artigo analisa conflitos territoriais e ambientais envolvendo áreas da Companhia ACESITA, sob a ótica da população diretamente vinculada a essas áreas a partir das relações de poder presente na dinâmica do meio ambiente urbano municipal. A complexidade do problema que ora se investiga, reside no fato de que, tendo em vista as diferenças de níveis de intervenção no espaço por parte dos agentes sociais envolvidos nos conflitos ambientais-territoriais, surgiram conjuntos territoriais que não são uniformes. Os agentes responsáveis pela constituição do meio ambiente urbano municipal, neste caso particularmente a ACESITA, o poder público, as



Associações de bairros e a população diretamente vinculada às áreas da ACESITA, são os elementos centrais da análise dos conflitos territoriais.

O trabalho procura particularmente (i) caracterizar o perfil sócio-econômico da população envolvida nos conflitos; (ii) identificar a percepção dessa população acerca das condições ambientais das áreas da ACESITA em Timóteo; (iii) identificar a imagem e as expectativas da população limítrofe às áreas da empresa em relação ao papel da ACESITA no trato da problemática urbano-ambiental municipal.

METODOLOGIA DO TRABALHO

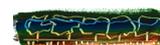
A metodologia do trabalho envolveu aplicação de questionários no período de agosto de 2004 a janeiro de 2005. O público-alvo foi a população residente em áreas limítrofes às áreas da ACESITA. O questionário incluiu questões objetivas e subjetivas e foi aplicado na residência da/o entrevistada/o nos turnos matutino e vespertino. Em oito bairros, sendo eles Bromélias, Garapa, Vale Verde, São Cristóvão, Alto Timirim, John Kennedy, Bandeirante e Novo Tempo, buscou-se entrevistar todos os moradores cuja propriedade faz limite com a propriedade da empresa (um total de 429 residências)¹. Entretanto, um terço dos questionários (143) não foram aplicados, pois os moradores se recusaram a responder ou não foram encontrados em casa após duas tentativas. Cabe lembrar que a amostragem não se refere a todas as áreas da ACESITA no município de Timóteo.

Em cada um dos bairros, foram focalizadas áreas consideradas tanto pela população quanto pela ACESITA como “áreas problemas”, ou seja, áreas pertencentes a ACESITA, que apresentam algum tipo de problema sócio-ambiental.

O questionário foi composto de cinco partes: a primeira parte apresenta informações pessoais da/o entrevistada/o como sexo, idade, escolaridade, preferências de lazer, participação em associações, entre outros; a segunda parte contém dados sobre os familiares da/o entrevistada/o como estrutura familiar, escolaridade e ocupação dos familiares, renda média familiar, naturalidade dos integrantes da família, entre outros; a terceira parte traz informações sobre a percepção, comportamento e problemas ambientais do bairro e a quarta parte informações específicas sobre as áreas de problema de cada bairro pesquisado; a quinta parte apresenta informações sobre a imagem e expectativa dos entrevistados em relação ao papel da ACESITA na problemática sócio-ambiental municipal.

Os dados obtidos através do questionário, além de fornecerem informações sobre o perfil sócio-econômico das famílias da população diretamente vinculada a áreas da ACESITA, permitiram identificar a percepção da problemática ambiental em torno das áreas problemas, bem como a percepção/imagem que essa população tem da empresa.

¹ A amostragem não se refere a todas as áreas da ACESITA no município de Timóteo.



CONFLITOS TERRITORIAIS E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL-URBANA

O avanço das relações capitalistas, incrementado pela constituição de um meio técnico-científico-informacional em algumas porções dos territórios dos países subdesenvolvidos, particularmente nas últimas décadas engendrou (novos) padrões de organização do meio ambiente urbano condicionado pelos interesses do capital (SANTOS, 1996). A influência crescente do sistema produtivo dominante sobre as sociedades e suas relações impõe ao território, particularmente o urbano, (re) arranjos que são resultantes de processos marcadamente influenciados por atividades econômicas/produativas que seguem a lógica do mercado (essencialmente a do lucro).

Para Santos (1996) a nova divisão internacional e territorial do trabalho surge para atender as necessidades da nova maneira de se produzir que passa por cima das regiões, países, culturas, uma vez que os processos modernos de produção, através das técnicas, se espalham por todo o planeta sem considerar os sistemas locais, sendo criadores de distorções e desigualdades em todos os lugares. Para o autor os projetos locais estão subordinados à lógica hegemônica (de natureza mundial) da forma produtiva predominante.

No contexto da América Latina, o Brasil apresenta-se como potência econômica de crescente industrialização e urbanização como base da economia. Santos (apud PIQUET, 1998) afirma que *a urbanização é o fenômeno territorial mais expressivo do movimento da sociedade brasileira, que tem na industrialização um grande motor dos processos econômicos, sociais e políticos que explicam a evolução do país nos últimos cinquenta anos.*

No processo de urbanização e conseqüente produção do espaço urbano – aqui entendida no sentido elaborado por Lefebvre (1974) que o estabelece especificamente como o processo de transformação do rural em urbano – Corrêa (1989, p. 9) destaca que *os agentes sociais que (re) fazem o urbano como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais têm poder diferenciados de intervir no espaço urbano; essa diferenciação nas relações de poder em grande parte é responsável pela desigualdade social e espacial das cidades capitalistas tendenciosamente voltadas para os interesses produtivos.* Neste sentido, as relações de poder em torno da produção, apropriação e controle do espaço urbano caracterizam este espaço como palco privilegiado da luta de classes. Para o autor aqueles agentes que detêm o poder econômico, têm o controle e/ou influenciam diretamente o poder político que aliado ao poder econômico está na base da organização espacial do urbano voltado, em grande parte, para atender as necessidades do modo de produção dominante.

Santos (apud PIQUET 1998) reforça o argumento exposto ao afirmar que o território e as coletividades nele instaladas ficam submetidos aos interesses de atores normativos, disso resultando uma tensão, pois, como sugere Corrêa (1989, p. 9), o espaço urbano é um espaço *fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (...)* é assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. Nesse sentido, a desigualdade sócio-espacial é uma característica da sociedade capitalista



predominantemente urbana; o espaço urbano enquanto reflexo da sociedade capitalista é profundamente desigual.

A sociedade é dinâmica e o espaço urbano reflete este dinamismo. Para Rodrigues (1998) o urbano é uma área privilegiada da produção material de existência e de idéias. Corrêa (1989) argumenta que o espaço da cidade é cenário e objeto de lutas sociais que visam o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. Lefebvre (2001) ao falar sobre o direito à cidade, afirma que a industrialização caracteriza a sociedade moderna e o processo de industrialização é o indutor de muitos problemas referentes à cidade, à realidade urbana. Para o autor (2001, p. 8), *historicamente as cidades desempenharam um importante papel na arrancada da indústria que em muitos casos produziu seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais ora pequenas, ora médias às vezes gigantes. Ainda segundo Lefebvre (2001p. 9) existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial (...) a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.*

Atualmente, um dos agentes de maior capacidade de intervenção no processo de produção, constituição, apropriação e consumo do e no espaço urbano, são os detentores dos meios de produção. Essa capacidade pode ser claramente observada no caso das *company towns*, as cidades-empresa criadas para atender à produção industrial. No caso brasileiro, o *capital privado (nacional e estrangeiro) também se fez presente neste processo, e a instalação das usinas siderúrgicas particulares significará a formação das chamadas cidades 'mono-industriais', como as do Vale do Aço, em Minas Gerais (PIQUET,1998, p. 26).*

Corrêa (1989, p. 11) sugere a abordagem do espaço urbano como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos. Enquanto produto social resultado de agentes sociais concretos que através de suas práticas levam a um constante processo de reorganização espacial, o urbano caracteriza-se pela fragmentação desigual do seu espaço, regido por interesses capitalistas que implica na ocorrência de conflitos sociais em torno do território urbano: os conflitos tornam-se inevitáveis uma vez que os menos favorecidos ao participarem do jogo social – base nas relações de poder –, na maioria dos casos, não têm voz e nem vez.

Para o produtor a cidade aparece como equipamento e infra-estrutura produtiva. Já do ponto de vista do consumidor é um bem de consumo coletivo (habitação, transporte, lazer, ócio), algo mais que um amontoado de homens e edificações. Enquanto forma que assume o espaço urbano, a cidade é trabalho social materializado, portanto, produto do homem e das necessidades de seus habitantes. Os prédios, as ruas, os parques, a iluminação, os carros e meios de transportes, os pontos de ônibus, etc., que para nós caracterizam a cidade, são elementos produzidos pelo homem no processo de trabalho (CARLOS, 1981, p.60).

Para Carlos (1981) o desenvolvimento da indústria está intimamente ligado ao desenvolvimento da urbanização enquanto resultado da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho. O rápido crescimento industrial provoca mudanças significativas no urbano, tanto no que se refere ao modo de vida da



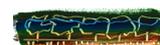
população, quanto ao processo espacial, bem como provoca profundas modificações ambientais. *A atividade industrial assume o papel de comando na reprodução espacial. Ela articula e subordina outras parcelas do espaço, pois o mercado de matérias-primas e auxiliares, e o mercado de destino dos produtos, necessariamente ultrapassam o nível local* (CARLOS, 1981, p. 38).

Para Carvalho (1997, p. 114) as questões ambientais, no mundo contemporâneo, vêm colocando as contradições do desenvolvimento capitalista, cujas soluções demandam uma nova ordem mundial. Essas contradições se fazem sentir com maior força no urbano onde, antes de tudo, a questão ambiental também é uma questão urbana e social.

Rodrigues (1998) aponta alguns exemplos de atores e agentes que passaram a se preocupar com a questão ambiental nas últimas décadas, como o caso dos movimentos populares urbanos que passaram a encarar a problemática ambiental, uma vez que a questão ambiental é também uma questão urbana. Para a autora os movimentos populares urbanos são movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante da sua atuação. Ainda segundo Rodrigues (1998, p. 92-93), *a problemática ambiental decorre do modo de produção e das formas pelas quais ocorre a apropriação do solo urbano*. Questões como qualidade de vida, problemas de abastecimento e infra-estrutura de equipamentos de consumo coletivo, uso e ocupação do solo, esgotamento de recursos naturais, entre outras são questões centrais da problemática ambiental urbana.

Para Rodrigues (1998), como parte da dinâmica da sociedade, os debates sobre os problemas ambientais (principalmente o esgotamento de recursos) também são incorporados nas empresas. *Através do discurso de que o crescimento econômico em todas as regiões do mundo é essencial para melhorar os meios de vida dos pobres, para sustentar a população crescente e, eventualmente, estabilizá-la em nível adequado, essa matriz seduz a sociedade para a preservação da natureza (...) Entretanto, não propõem novos paradigmas para a produção, e continuam acreditando e querendo que a sociedade acredite que o mercado resolverá tudo* (RODRIGUES, 1998, p.99). Ainda segundo a autora, *a temática meio ambiente passou a fazer parte das preocupações empresariais pois pode ser garantia de mercados. Os fatores ambientais tornam-se vantagens competitivas. No âmbito das empresas (e do mercado) não há propostas para transformações* (RODRIGUES, 1998, p.100).

Godard (1997) sugere que a visão empresarial não é “capaz” (por si só) de viabilizar de modo satisfatório crescimento econômico e tecnológico com a gestão equilibrada do meio ambiente. Assim, apresenta-se o desafio da construção de relações éticas entre os vários agentes/atores (instituições, empresas, Estado, Sociedade, etc) e a definição dos papéis de cada um e seu grau de participação bem como a definição do que se deseja para o meio ambiente urbano no século XXI. Para o autor há necessidade de se repensar práticas e políticas (públicas ou não) voltadas para a questão ambiental e o imperativo do rompimento da visão dicotômica que se estabeleceu ao longo dos anos que opõe exploração e desenvolvimento econômico a preservação do meio ambiente.



Para Godard (1997) a implantação de uma gestão integrada (que envolve especialmente todos os níveis da sociedade e suas instituições) pode levar a um avanço na maneira de se lidar com os recursos naturais e o meio ambiente de forma geral, pois, tal gestão, para ele, permitiria o uso racional, equilibrado e socialmente viável do que a natureza oferece. Ainda segundo o autor uma gestão integrada depende dos interesses sociais (e de como são representados), dos objetivos que animam o desenvolvimento sócio-econômico e dos meios e instrumentos que se encontram à disposição dos “gestores”, que em última instância devem ser entendidos e explicitados perante o mercado e à sociedade. Só uma gestão global e integrada dos recursos e dos meios naturais apoiadas numa estrutura institucional explícita permitirá o equilíbrio entre exploração econômica e conservação ambiental (GODARD, 1997).

O Estado, enquanto elemento articulador dos interesses capitalistas e interesses sociais, deve buscar resolver o problema do consumo coletivo, cujo objetivo deve ser o de organizar o espaço e também minimizar os conflitos e diminuir as desigualdades sócio-econômicas. Assim, é indispensável a maior participação do Estado para que este garanta a maior participação da sociedade civil nos processos decisórios. Entretanto, os esforços do Estado para dar conta, sob novos formatos, das transformações por que tem passado o meio ambiente, principalmente o urbano, não tem conseguido acompanhar essa realidade (GODARD, 1997).

Por outro lado, para compreender a problemática ambiental é necessário analisar, também, a produção e o consumo do e no espaço (RODRIGUES, 1998). *A problemática ambiental não pode ser considerada sem um debate sobre o espaço, território, lugar e Estado. A sustentabilidade social é espacial, é política* (RODRIGUES, 1998, p.126). A investigação da questão urbano-ambiental deve acontecer através da análise da produção social do espaço que é *um processo pelo qual se ocupa um espaço, no qual se produzem e/ou reproduzem relações socioespaciais e se reproduzem relações dominantes de produção e de reprodução como parte integrante das relações societárias com a natureza* (RODRIGUES, 1998, p.103).

Como sugere Moraes (1996, p. 16)

Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo (...) Dizer que a produção do espaço social é um processo teleológico significa que ele envolve uma finalidade (...) Trata-se de ação dotada de um sentido, atribuído pelo executante (...) deve-se buscar a compreensão das motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos. Os atores são movidos por necessidades, interesses, desejos e sonhos.

CONFLITOS TERRITORIAIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOB A ÉGIDE DA GRANDE INDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO-MG

Concomitantemente ao processo de industrialização nacional, ocorre um rápido e intenso processo de urbanização (SANTOS, 1993). Esse processo implica em investimentos pesados em infra-estrutura que provocam transformações sócio-ambientais



sem precedentes. Minas Gerais não foge à regra, principalmente ao longo da Bacia do Rio Piracicaba onde se observa intenso comprometimento da base material-natural sobre a qual se assenta a reprodução das condições gerais de produção de muitas indústrias de grande porte (COSTA, 2000).

Até meados do século XX, o estado de Minas Gerais foi palco de parte significativa do processo de industrialização nacional. O estado mineiro abriga várias indústrias de grande porte, com destaque para a Belgo Mineira (João Monlevade), Companhia Vale do Rio Doce (Itabira), ACESITA (Timóteo), Usina Siderúrgica de Minas Gerais - USIMINAS (Ipatinga), entre outras localizadas na Bacia do Rio Piracicaba (PIQUET, 1998).

A expansão da indústria de grande porte na Bacia do Rio Piracicaba traz consigo, além da degradação ambiental, o aumento dos conflitos em torno do território, sendo a questão ambiental o elemento central dos conflitos (BRAGA, 2000). Na maioria dos casos, os conflitos ambientais envolvem diretamente a população, o poder público e o poder privado.

Para Braga (2000) um dos principais agentes envolvidos nos conflitos ambientais na região é a grande empresa siderúrgica. Para a autora, *as empresas da região são tipicamente (mono) industriais. Construíram o urbano no qual se localizam e possuem um significativo histórico de dominação e exercício direto do poder político local* (BRAGA, 2000, p.333). Neste sentido, a autora reforça a idéia de que *a força política da empresa (dos interesses econômicos) é maior, uma vez que ela exerce seu poder sobre o Estado e sobre a sociedade civil de forma direta, pairando absoluta sobre a vida cotidiana* (BRAGA, 2000, p.332-333). Ainda segundo a autora, o domínio político por parte das empresas (no plano municipal) inibe movimentos populares contestatórios, uma vez que mecanismos de controle social da vida privada estão presentes. *Aqui é a empresa e não o Estado, a grande receptora das demandas da população e o grande alvo de queixas de demandas não atendidas* (BRAGA, 2000, p.332).

O conflito ambiental na região da Bacia do Rio Piracicaba está diretamente ligado à contradição entre a apropriação privada dos elementos naturais e urbanos, que os transformam em recursos econômicos, e o uso coletivo dos mesmos. Essa contradição se traduz em um conflito de interesses distintos, e muitas vezes opostos, em torno de situações de risco ambiental (BRAGA, 2000, p.332).

O município de Timóteo insere-se no contexto acima mencionado uma vez que se observa o crescente aumento do tensionamento pelo uso do solo que está diretamente ligado ao fato da ACESITA ser um dos principais produtores e controladores do espaço urbano municipal criado para atender as necessidades de reprodução das condições gerais de produção da empresa. Além disso, a empresa possui um histórico significativo de dominação e exercício direto do poder político local. Como sugere Milton Santos (apud PIQUET, 1998), a questão do território se impõe. Quem tem, hoje, poder sobre o território? A posse e o controle do espaço urbano viabilizam a concretização dos interesses capitalistas. Quem tem espaço tem poder. O espaço geográfico, inclusive o urbano, delimitado por e a partir de relações de poder torna-se um território (SOUZA, 1995, p.78) estratégico na reprodução das condições gerais de produção.



Como dito, historicamente a tônica da cidade em Timóteo atendeu os interesses do capital industrial. A disponibilidade do território para uso e ocupação distribuída em três grandes grupos: 47% pertencentes a uma área de conservação ambiental, o Parque Estadual do Rio Doce, 37% pertencentes a ACESITA e outros 16% pertencentes ao poder público e a particulares, favoreceu o confronto dos interesses sociais e ambientais com os interesses econômicos.

Braga (2000) ao estudar os riscos e conflitos ambientais sob o signo da (mono) indústria em Ipatinga, Timóteo, Itabira, João Monlevade, entre outras cidades localizadas na Bacia do Rio Piracicaba sugere que os problemas sócio-ambientais do urbano na região podem ser agrupados em três grandes grupos: o primeiro diz respeito ao *comprometimento da base material-natural sobre a qual se assenta a reprodução social do espaço urbano. Esse comprometimento é causado pela poluição emitida pelas grandes empresas instaladas na região estudada e pela apropriação privada da natureza e do espaço de assentamento humano.*

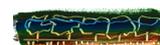
O segundo grupo de problemas sócio-ambientais apontados por Braga *relaciona-se a questões em torno da qualidade coletiva da vida urbana*, entre eles pode-se destacar: padrões desiguais de distribuição sócio-espacial de equipamentos urbanos; padrões desiguais de condições de moradia. *O grande diferencial na distribuição sócio-espacial de equipamentos/serviços urbanos e condições de moradia se dá entre os bairros construídos pelas empresas para abrigar sua mão-de-obra e o resto da cidade. Os bairros das empresas apresentaram sempre um nível maior de atendimento, enquanto o resto da cidade amargou índices significativamente menores.* O terceiro grupo apontado pela autora diz respeito às pressões (econômicas e populacionais) sobre as reservas naturais, particularmente o Parque Estadual do Rio Doce e o Parque do Caraça (BRAGA, 2000, p.329-331).

Ao indagarmos quando ocorreu a primeira manifestação popular em defesa do meio ambiente (urbano ou não) no município de Timóteo, a resposta é: *não ocorreu.* Historicamente os laços de família influenciaram a postura política dos Timotenses: em quase toda família há um pai ou um irmão, um filho, um genro, um cunhado, um primo que trabalha na (e para) ACESITA (direta ou indiretamente), o que inibe qualquer tentativa de articulação/mobilização contestatória às atividades e impactos da empresa.

Além do fato da ACESITA ser proprietária de parte significativa das terras municipais, a empresa historicamente tem grande influência sobre o poder público local e regional. Esta característica não é exclusividade da ACESITA, uma vez que o mesmo ocorre, por exemplo, no caso da USIMINAS em Ipatinga (OLIVEIRA & BELTRAME, 2005).

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO ENVOLVIDA NOS CONFLITOS TERRITORIAIS

A maior parte das pessoas entrevistadas (60%) é do sexo feminino, tem o nível de educação reduzido ao Ensino Fundamental Incompleto (55%) e 37% têm mais de 50 anos (Quadro 1). 87% moram em casa própria e são residentes no bairro e na atual moradia há mais de 20 anos (38%). 21% dos entrevistados participam em associações



não religiosas. Em geral não gostam de ler, preferem ouvir rádios AM e tem como principal atividade de lazer assistir TV.

Quadro 1: Perfil social do entrevistado

Questões/Perguntas	Principal (is) ocorrência (s) e/ou dado relevante para o estudo	Média Percentual (%)
Total População diretamente vinculada a áreas da ACESITA	1133	100
Total Residências (lotes) limítrofes Áreas da ACESITA	429	100
Total de Questionários aplicados	286	66,7
Residência	Própria	87,23
Relação entrevistados/Proprietários	Proprietário (39,62%) e Cônjuge (28,94%)	68,56
Faixa etária	Acima de 50 anos	36,73
Sexo	Feminino	60,29
Escolaridade	Ens. Fund. Incom.	55,19
Tempo de residência no bairro	Mais de 20 anos	39,69
Tempo de residência na atual moradia	Mais de 20 anos	38,40
Participação em Associações	Não religiosas	20,85
Rádios mais ouvidas	Itatiaia AM (33,17%) e Educadora AM (12,12%)	45,29
Jornais mais lidos	Estado de Minas (15,48), Diário do Aço (13,62%) e Espaço ACESITA (6,34%)	35,44
Atividades de lazer	Assistir TV	30,36

Fonte: Oliveira, 2005.

PERFIL FAMILIAR DO ENTREVISTADO

A maioria das famílias dos entrevistados é composta por mais de quatro pessoas (59%) e os filhos estudam no ensino fundamental na rede pública (54%). Quase dois terços da população familiares e entrevistados (61%) nasceu no município de Timóteo (Quadro 2).

Os familiares que trabalham estão ocupados no setor de comércio e serviços (46%), muitos deles são autônomos na informalidade. Outros 33% são aposentados. Para mais de 70% das famílias pesquisadas, a renda média mensal familiar é inferior a cinco salários mínimos mensais, sendo para 32% delas até dois salários mínimos e para 42% entre dois e cinco salários mínimos mensais.



Quadro 2: Perfil familiar do entrevistado

Questões/Perguntas	Principal (is) ocorrência (s) e/ou dado relevante para o estudo	Média Percentual (%)
Nº pessoas por família	Entre 4 e 5 (42,05%) e Mais de 5 (17,18%)	59,23
Nº total pessoas	1092	100
Nº pessoas que estudam	321	29,4
Setor de Ensino onde as pessoas estudam	Público	74,40
Nível Educacional	Ensino Fundamental	53,95
Nº pessoas que trabalham e/ou são aposentados	520	47,63
Principal empregador	Autônomo/outros (35,69%), Aposentados (32,99%), ACESITA/Empreiteiras (10,19%) e Comércio (9,67%)	88,54
Renda Média Mensal (salários mínimos mensais)	Até 2 (31,47%) e Entre 2,1 e 5 (41,81%)	73,28
Naturalidade	Timóteo	61,05
Outra(s) casa(s) no lote do entrevistado (9)	Sim	28,09
Número médio de pessoas que mora(m) na(s) outra(s) casa(s) do lote do entrevistado	Até 3 moradores (47,78%) e entre 4 e 5 moradores (36,31%)	84,09

Fonte: Oliveira, 2005.

PERCEPÇÃO, COMPORTAMENTOS E PROBLEMAS AMBIENTAIS

Dos entrevistados 38% sabe o que é degradação ambiental (Quadro 3). Dentre aqueles que afirmam saber o que é degradação ambiental, a maioria aponta as encostas e córregos como a principal área degradada dos bairros onde residem.

Para a maior parte dos entrevistados (65%), as principais causas das degradações ambientais nas áreas da ACESITA são o desmatamento e descaso da ACESITA e da Prefeitura Municipal de Timóteo. Para a maioria dos entrevistados, o principal problema no bairro na época chuvosa é a descida de sedimentos/lama e na estiagem são os incêndios. A maior parte já presenciou incêndios no bairro e atribui ao incêndio criminoso a causa do fogo em áreas da empresa. A maioria dos entrevistados enfrenta problemas com animais peçonhentos e insetos decorrentes do mato do fundo do lote limite a áreas da ACESITA. Um terço das famílias dos entrevistados utiliza fogão à lenha e retiram madeira das áreas da ACESITA.

Como os principais responsáveis pela degradação ambiental das áreas, 36% culpam a própria população e 12% a Prefeitura, apesar da maioria saber que as áreas pertencem a ACESITA.



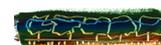
Quadro 3: Percepção, comportamentos e problemas ambientais

Questões/Perguntas	Principal (is) ocorrência (s) e/ou dado relevante para o estudo	Média Percentual (%)
Sabe o que é degradação ambiental	Sim	38,30
Principais áreas degradadas no bairro	Encostas	56,42
Causas (Fontes) das degradações ambientais no bairro	Desmatamento (28,44%), Descaso (22,94%) e Queimadas (13,63%)	65,01
Há um culpado/responsável pela degradação ambiental no bairro	Sim	64,59
Principais culpados/responsáveis pela degradação ambiental no bairro	População/Comunidade (35,53%), PMT (14,34%) e ACESITA (21,81%)	71,68
Principais problemas ambientais no bairro no período de chuvas	Lama/Descida de Sedimentos (52,12) e Enxurrada (9,18%)	61,30
Presenciou incêndios/fogo no bairro	Sim	72,42
Presenciou incêndio/fogo em áreas da ACESITA no bairro (25)	Sim	94,61
Principal causa dos incêndios	Incêndio Criminoso	63,69
Sabe como proceder (agir) em caso de incêndio/fogo	Sim	69,16
Conhece o telefone da ACESITA e/ou Corpo de Bombeiros para comunicar a ocorrência de incêndios	Sim	54,50
Utiliza fogão à lenha	Sim	35
Fonte da matéria-prima para o fogão à lenha	Gleba (área da ACESITA)	49,25
Problemas com animais peçonhentos e insetos	Sim	52,34
Fatores que contribuem para a ocorrência de insetos	Mato	92,49

Fonte: Oliveira, 2005.

IMAGEM QUE OS ENTREVISTADOS TÊM DA ACESITA E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PAPEL DA EMPRESA NO TRATO DA PROBLEMÁTICA SÓCIO-AMBIENTAL MUNICIPAL

A imagem que os entrevistados têm da ACESITA é positiva para 46% dos entrevistados. As expectativas em relação ao papel da empresa no trato da problemática sócio-ambiental municipal está principalmente relacionada á responsabilidade da ACESITA em cuidar e investir nas áreas de sua propriedade (Quadro 4).



Quadro 4: Imagem que os entrevistados têm da ACESITA e expectativas em relação ao papel da empresa no trato da problemática sócio-ambiental municipal.

Questões/Perguntas	Principal (is) ocorrência (s) e/ou dado relevante para o estudo	Média Percentual (%)
Imagem da empresa	Positiva (45,93%) e Negativa (21,74%)	67,67
Expectativa do entrevistado em relação ao papel da empresa no trato da problemática sócio-ambiental municipal	Cuidar/Recuperar áreas (22,63%) e Investir (18,31%)	40,94
Participou de alguma atividade, desenvolvida pela ACESITA, relacionada à problemática ambiental	Não	81,35
Tipo e/ou local da participação dos entrevistados em atividades relacionadas à problemática ambiental, desenvolvidas pela ACESITA. Obs.: apenas cinquenta e dois (52) entrevistados participaram de alguma atividade	Palestras (40,23%) e Oikós (39,76%)	79,99

Fonte: Oliveira, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que a organização espacial do urbano em Timóteo, em grande medida, é resultado da presença da ACESITA em função do controle do território que a empresa exerce seja como proprietária ou em função das atividades que comanda. Essa situação limitou e condicionou a expansão, o crescimento e o planejamento do município, tendo como conseqüências situações de invasão e ocupação das áreas da empresa.

O índice de dois terços de questionários aplicados pode ser considerado significativo e permite a construção de uma base qualitativa abrangente que subsidie ações tanto por parte do poder público quanto por parte da ACESITA em futuros Programas de intervenções nas áreas da empresa no município, como por exemplo Programa de Educação Ambiental ou Programa de Monitoramento e Revitalização Ambiental de Áreas Degradadas.

Assim, levantou e analisou-se dados que auxiliem em futuros programas de minimização de conflitos territoriais e ambientais, pois quando se conhece a realidade e a forma de pensamento das pessoas (as representações sociais, as percepções ambientais, etc) inseridas no contexto pesquisado, bem como daqueles que representam o poder público e o poder privado, tem-se grande probabilidade de se avançar em direção a um uso mais solidário do território desde que se leve em conta, também, o interesse comunitário. Assim, a gestão sócio-ambiental do território poderá acontecer a partir de critérios mais próximos da realidade.

A relevância do artigo está no levantamento do perfil sócio-econômico da População Diretamente Vinculada a Áreas da ACESITA envolvida em conflitos territoriais e ambientais em Timóteo. A partir da preocupação e opinião dos moradores de áreas



limítrofes a áreas da ACESITA, a respeito da gestão sócio-ambiental empreendida pela empresa em áreas de sua propriedade, buscou-se contribuir, através do diagnóstico socioeconômico desta população, para o desenvolvimento de ações que colaborem para reverter o quadro crescente de tensionamento pelo uso do solo e da degradação ambiental em Timóteo.

Além do exposto, o trabalho colabora para o aumento do debate em torno da relação “população e meio ambiente” uma vez que as questões relativas ao território e ao meio ambiente se impõem como elementos investigativos de grande relevância para a compreensão da constituição do meio ambiente urbano (e.g. BRAGA, 2000; COSTA, 2000).

REFERÊNCIAS

BRAGA, Tânia Moreira. Risco e conflito ambiental sob o signo da (mono) indústria: um estudo sobre políticas ambientais na bacia do rio Piracicaba, Minas Gerais. In: TORRES, Haroldo e COSTA, Heloísa (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp. 327-348.

CARLOS, Ana F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1981.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; MAURO, Cláudio Antônio de; COSTA, José Luiz Riani. **A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial**. In: ARROYO, Mônica; SOUZA, Maria A. de; SANTOS, Milton & SCARLATO, Francisco Capuano (orgs.). **O novo mapa do mundo Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo. HUCITEC, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1989.

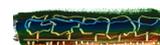
COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais**. In: TORRES, Haroldo e COSTA, Heloísa (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp. 191-212.

GODARD, Olivier. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação**. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo. Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **The production of Space**. Oxford UK & Cambridge USA, Blackwell, 1974.

OLIVEIRA, Dorotéo Émerson Storck de. **Diagnóstico Sócio-Econômico da População Diretamente Vinculada a Áreas da ACESITA**. Timóteo, 2005.



OLIVEIRA, Dorotéo Emerson Storck de & BELTRAME, Elder Pereira. **A influência da grande indústria na produção do espaço urbano de Ipatinga, MG**: estudo de caso da Usina Siderúrgica de Minas Gerais – USIMINAS. Anais do 10º Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, março de 2005.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo no espaço – problemática ambiental urbana**. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

